



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

ATA DA DÉCIMA OITAVA (18ª) SESSÃO ORDINÁRIA

Presidida pelo Sr. Vereador Benedito José do Couto;
Secretariada pelo Sr. Vereador Luís Roberto Tavares.

Aos dez dias do mês de junho do ano dois mil e treze realizou-se na Sala das Sessões "Vereador Santo Róttoli", da Câmara Municipal de Mogi Mirim, presidida pelo Sr. Vereador Benedito José do Couto; Secretariada pelo Sr. Vereador Luís Roberto Tavares, a Décima Oitava (18ª) Sessão Ordinária do Primeiro (1º) Ano da Décima Sexta (16ª) Legislatura da Câmara Municipal de Mogi Mirim, previamente programada e devidamente convocada nos termos da Relação da Matéria, datada de 06 de junho de 2013. Às 18h30, feita a primeira chamada nominal dos Srs. Vereadores pelo 1º Secretário, nos termos do disposto no Artigo 109, da Resolução nº 276, de 2010 (Regimento Interno vigente) e constatando-se haver número legal para o início dos trabalhos, conforme dispõe o Artigo 106 da já citada Resolução, eis que se encontravam presentes os Srs. Vereadores: Benedito José do Couto (01), Cinoê Duzo (02), Daniel Gasparini dos Santos (03), Daniela Dalben Mota (04), Dayane Amaro Costa (05), João Antonio Pires Gonçalves (06), Jorge Setoguchi (07), Laércio Rocha Pires (08), Leonardo David Zaniboni (09), Luís Roberto Tavares (10), Luiz Antônio Guarnieri (11), Luzia Cristina Côrtes Nogueira (12), Manoel Eduardo Pereira da Cruz Palomino (13), Márcia Róttoli de Oliveira Masotti (14), Professora Maria Helena Scudeler de Barros (15), Osvaldo Aparecido Quaglio (16) e Waldemar Marcurio Filho (17), conforme, aliás, se vê das respectivas assinaturas apostas à Folha de Presença - Registro de Comparecimentos e Faltas dos Srs. Vereadores às Sessões da Câmara, anexa ao final da presente Ata, o Sr. Presidente deu por iniciados os trabalhos da presente Sessão. Posto isto, conforme o disposto no Parágrafo Único do Artigo 106 da citada Resolução, convidou



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

o Vereador Manoel Eduardo P. C. Palomino, para que procedesse a leitura de um trecho da Bíblia Sagrada. Cumprida dita providência, dando por iniciada a parte reservada ao "**EXPEDIENTE**", o Sr. Presidente submeteu à apreciação do Plenário a Ata da Décima Sétima (17ª) Sessão Ordinária, realizada em 03 de junho de 2013, a qual, depois de achada conforme e aprovada, foi devidamente assinada pelos Vereadores Benedito José do Couto e Luís Roberto Tavares, respectivamente, o Presidente e o 1º Secretário. Na sequência deu ciência à Casa, através de leitura, da seguinte matéria: 1. Projeto de Lei nº 56, de 2013, de autoria da Mesa da Câmara Municipal, “dispondo sobre a concessão de reajuste salarial e vale-alimentação aos servidores públicos ativos, inativos e pensionistas da Câmara Municipal de Mogi Mirim e dando outras providências”; (ao exame das Comissões Permanentes); 2. Balancete Mensal da Receita e Despesa da Câmara Municipal de Mogi Mirim, “referente ao mês de janeiro de 2013”; (à Comissão de Finanças e Orçamento); 3. Balancete Mensal da Receita e Despesa da Câmara Municipal de Mogi Mirim, “referente ao mês de fevereiro de 2013”; (à Comissão de Finanças e Orçamento); 4. Balancete Mensal da Receita e Despesa da Câmara Municipal de Mogi Mirim, “referente ao mês de março de 2013”; (à Comissão de Finanças e Orçamento); 5. Balancete Mensal da Receita e Despesa da Câmara Municipal de Mogi Mirim, “referente ao mês de abril de 2013”; (à Comissão de Finanças e Orçamento). Ato contínuo, o Sr. Presidente submeteu à apreciação e votação dos nobres Vereadores os seguintes **REQUERIMENTOS**, hoje endereçados à Mesa (aprovados pela Casa): n.ºs. 405 e 412, de 2013, do Sr. Vereador Manoel Eduardo P. C. Palomino, solicitando, respectivamente, “seja oficiado o Prefeito de Mogi Mirim, Luís Gustavo Antunes Stupp, requerendo-lhe preste informações sobre o Requerimento nº 305/2013, que versa sobre vacinação de animais, aprovado na sessão de 15/04/2013, sem resposta até o presente momento” e “seja oficiado o Prefeito de Mogi Mirim, Luís Gustavo Antunes Stupp, para que informe quais escolas foram



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

beneficiadas e estão oferecendo o Projeto Jiu-Jitsu, em parceria com a Polícia Militar, no contraturno escolar, e qual o número de vagas oferecido, em cada turno”; nº 406 e 411, de 2013, da Senhorita Vereadora Dayane Amaro Costa, “seja oficiada a Mesa da Câmara Municipal, para prorrogação do prazo de estudos da Comissão Especial da Pessoa com Deficiência e Mobilidade Reduzida, por mais noventa (90) dias, a partir de 04 de julho p.f., de acordo com o Artigo 60, § 3º, do Regimento Interno vigente” e “seja oficiado o Prefeito de Mogi Mirim, Luís Gustavo Antunes Stupp, solicitando-lhe explicações sobre o motivo da exoneração do servidor Alexandre Cintra, que atuava no Centro Cultural de Mogi Mirim”; nº 413, de 2013, do Sr. Vereador Laércio Rocha Pires, solicitando, “seja oficiada a Viação Santa Cruz, bem como a Gerência de Trânsito e Transporte, para que implantem linhas de ônibus que atendam os moradores da Avenida Paulo dos Reis Junqueira, no Jardim Tropical”. O Requerimento nº 404, de 2013, do Sr. Vereador Cinoê Duzo, solicitando, “seja oficiado o Secretário de Gestão Ambiental, Engenheiro Agrônomo Valdir Luiz Biazotto, para que compareça à Câmara no dia 17 de junho do corrente, para explanação a respeito dos projetos de autoria do Executivo, que tratam da criação do Banco de Alimentos e sobre a Reutilização de Gêneros Alimentícios e de Excedentes de Alimentos”, teve sua discussão requerida pelo Vereador João Antonio Pires Gonçalves, conforme reza o Artigo 152, § 3º, combinado com o Artigo 153, IX, do Regimento Interno; (à “Ordem do Dia” da próxima sessão). Na sequência, o Sr. Presidente deu por aprovadas, conforme deliberação do Plenário, as seguintes **INDICAÇÕES** endereçadas ao Sr. Prefeito Municipal: nº 458, de 2013, do Sr. Vereador Cinoê Duzo, sugerindo, “providências para o asfaltamento das ruas das Chácaras Sol Nascente e São Francisco, através do Plano Comunitário de Melhorias da Prefeitura Municipal”; nºs. 471 e 476, de 2013, do Sr. Vereador Manoel Eduardo P. C. Palomino, sugerindo, respectivamente, “providências para Operação ‘Tapa Buracos’ na Avenida Tapirapé, Bairro Mogi



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

Mirim II”, “providências para Operação ‘Tapa Buracos’ na Rua Joaquim Dias Guerreiro, Bairro Mirante”; n.ºs. 460 e 462, de 2013, da Senhorita Vereadora Dayane Amaro Costa, sugerindo, respectivamente, “seja feito o cadastro do Município de Mogi Mirim no Programa Estadual da Secretaria de Estado do Meio Ambiente, intitulado Município Verde Azul” e “estudos para viabilização de linha de financiamento para acessibilidade urbana, da Agência de Desenvolvimento Paulista”; n.º 461, de 2013, do Sr. Vereador Luís Roberto Tavares, sugerindo, “limpeza na Praça José Garros, no Jardim Cintra”; n.ºs 463, 464, 465, 466 e 467, de 2013, do Sr. Vereador Jorge Setoguchi, sugerindo, respectivamente, “estudos para mudança de mão de direção, de dupla para única, sentido centro/bairro, na Rua José Romanello, no Bairro Nova Mogi”, “estudos para mudança de mão de direção, de dupla para única, sentido centro/bairro, na Rua Curitiba, no Bairro Nova Mogi”, “providências para Operação ‘Tapa Buracos’ na Rua Octávio Garcia Cintra, nas Chácaras São Marcelo”, “providências para Operação ‘Tapa Buracos’ na Rua Sebastião Jesuíno, nas Chácaras São Marcelo” e “providências para Operação ‘Tapa Buracos’ na Rodovia Dr. Amador Jorge da Siqueira Franco, nas Chácaras São Marcelo”; n.º 470, de 2013, da Sra. Vereadora Márcia Róttoli de Oliveira Masotti, sugerindo, “recuperação do asfalto da Rua Amazonas, no Bairro Saúde, através da Operação ‘Tapa Buracos’”; n.ºs. 472, 473, 474, 475, de 2013, do Sr. Vereador Laércio Rocha Pires, sugerindo, respectivamente, “projetos para obras de pavimentação asfáltica no trecho final da Rua José Antônio de Andrade Júnior, no Parque da Imprensa”, “providências para recapeamento e Operação ‘Tapa Buracos’ na Rua Professora Adalgisa Teixeira Arcuri, no Parque Novacoop”, “obras de pavimentação asfáltica no trecho final da Rua Primo Dester, oito metros por cinquenta, localizada no Jardim Guaçu-Mirim” e “implantação de sinalização de solo, placas de trânsito e também redutores de velocidade na Rua Aquiles Albano, na Santa Cruz”. A seguir, o Senhor Presidente submeteu à apreciação e votação dos nobres



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

Vereadores as seguintes **MOÇÕES**, endereçadas à Mesa (aprovadas pela Casa): n.ºs. 55 e 56, de 2013, do Sr. Vereador João Antonio Pires Gonçalves, propondo, respectivamente, “sejam consignados em ata dos trabalhos votos de congratulações e aplausos para com o time de futebol amador Pombal, pela conquista da Copa Rural Bancred Card – Erivaldo Salles dos Santos ‘Baiano’ 2013”, “sejam consignados em ata dos trabalhos votos de congratulações e aplausos para com o time de futebol amador Piteiras, pela conquista do Vice-campeonato da Copa Rural Bancred Card – Erivaldo Salles dos Santos ‘Baiano’ 2013”; n.º 57, de 2013, do Sr. Vereador Cinoê Duzo, propondo, “sejam consignados em ata dos trabalhos votos de profundo pesar pelo falecimento da Sra. Maria Isabel Boveloni Setin, ocorrido no dia 31 de maio último”; n.ºs. 58 e 59, de 2013, da Senhorita Vereadora Dayane Amaro Costa, propondo, respectivamente, “sejam consignados em ata dos trabalhos votos de congratulações e aplausos para com a Banda Musical Lyra Mogimiriana, na pessoa de seu Presidente, Sr. Pedro Davoli Junior, pela apresentação feita durante a Virada Cultural Paulista Interior 2013, em Mogi Mirim” e “sejam consignados em ata dos trabalhos votos de congratulações e aplausos para com a Cia. de Teatro Imagem Pública, pela apresentação feita durante a Virada Cultural Paulista Interior 2013, em Mogi Mirim”; n.ºs. 60 e 61, de 2013, do Sr. Vereador Luís Roberto Tavares, propondo, respectivamente, “sejam consignados em ata dos trabalhos votos de profundo pesar pelo falecimento do Sr. Armando José Coelho, ocorrido no último dia 02 do corrente” e “sejam consignados em ata dos trabalhos votos de congratulações e aplausos para com a comunidade evangélica de Mogi Mirim, pela realização da Marcha Para Jesus 2013”; n.º 62, de 2013, do Sr. Vereador Jorge Setoguchi, propondo, “sejam consignados em ata dos trabalhos votos de congratulações e aplausos para com o Vereador Luís Roberto Tavares, pelo recebimento do Prêmio Ana Nery, em virtude de sua atuação dentro do movimento “Enfermagem 30 Horas”; n.º 64, de 2013, da Sra. Vereadora Márcia Róttoli de Oliveira



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

Masotti e outros, propondo, “sejam consignados em ata dos trabalhos votos de profundo pesar pelo falecimento do Dr. Euzébio José Felix Silva – Felinho, tesoureiro da Comissão Diretora Municipal do PR de Mogi Mirim, ocorrido no dia 06 de junho último”. A seguir, o Sr. Presidente colocou à disposição dos Srs. Vereadores a seguinte **CORRESPONDÊNCIA**: Ofício nº 1711/2013, datado de 03 de junho do corrente, subscrito pelo Sr. Paulo Roberto Augustine, Delegado de Polícia Titular de Mogi Mirim, “comunicando sua assunção ao cargo”; (arquite-se); Telegramas referências: nºs. 001343, 000668, 001784, 003864, 017729, 017730, 021207, de 2013, datados de 03, 04 e 06 de junho do corrente, subscritos pela Secretaria Executiva do Fundo Nacional da Saúde do Ministério da Saúde, “comunicando a liberação de recursos financeiros”; (arquite-se); Ofícios nºs. 138565, 13866, 13867, 13868, de 2013, datados de 21 de maio do corrente, subscritos pela Presidência do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE, “comunicando a liberação de recursos financeiros”; (arquite-se); Ofício nº 189/2013, datado de 22 de maio de 2013, subscrito pela Sra. Alessandra de Paula R. Sobreiro, Coordenadora do Conselho Tutelar de Mogi Mirim, “informando a composição da nova gestão do Conselho Tutelar, para o período de 2013 a 2015”; (arquite-se); Convite, datado de junho de 2013, subscrito pela Direção do Sindicato Rural de Mogi Mirim, “convidando para a tradicional Festa Junina no Centro Comunitário Rural”; (arquite-se). Não havendo mais proposituras ou quaisquer outros documentos para serem levados ao conhecimento do Plenário, o Sr. Presidente facultou o uso da palavra no “Expediente”, anunciando os oradores inscritos, conforme § 6º, do Artigo 111, do Regimento Interno. Inicialmente, fez uso da palavra a Vereadora Márcia Róttoli de Oliveira Masotti, para abordar questões relativas à Igreja de Nossa Senhora do Carmo, ao Educandário de mesmo nome e ao Jardim Velho – Praça Floriano Peixoto, relatando reunião realizada entre representantes da Igreja Católica; do Educandário; Sr. Wilson



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

Bonetti, Procurador do Jogador Rivaldo, o advogada da Igreja e ainda presente o Vereador Luís Guarnieri, para conhecimento do motivo pelo qual a reforma do templo ainda não havia sido iniciada. A Vereadora disse que havia boa vontade do empresário, para um acordo com a Igreja católica, e relatou outra reunião, esta com o Padre Nelson Demiciano, Pároco de São José, informando, igualmente, que haveria outro encontro, este para acordo definitivo e selado, agendado para o dia 25 próximo futuro, com lugar na Promotoria Pública. “O Vereador Luís Guarnieri e eu pretendemos conversar com o Bispo Diocesano de Amparo, para ver se entendemos a proposta e para nos colocarmos à disposição, naquilo que podemos ajudar e colaborar”, colocou. Com relação à greve dos servidores, a Vereadora mencionou ter sido convidada pelo Prefeito para a reunião que decidiu o impasse, acompanhada também dos Vereadores Manoel Palomino e Daniela Dalben Mota, porque, antes de serem Vereadores, eram, primeiramente, funcionários públicos e, por isso, haviam sido convidados a adentrar na reunião. A Edil do PR teceu elogios à pessoa do Prefeito Luís Gustavo Stupp, destacando que ele soubera conduzir o problema de forma séria, competente, clara, honesta, com ética e sem mentiras, falando ‘cara a cara’ com os funcionários e lhes explicando o motivo do baixo reajuste, dizendo ainda, que o diálogo entre as partes havia sido crucial para solução do impasse e que ela, enquanto funcionária, estava satisfeita. Afirmou que o problema do funcionário público municipal tinha que ser resolvido, em definitivo, que se deveria conceder merecimento para aqueles que estavam em busca de capacitação, de estudo, de aperfeiçoamento profissional. A Vereadora reafirmou sua crença na educação, como forma de ascensão social e melhoria de vida, porque “a educação abre as portas para todas as coisas no mundo” e disse que sua fala aos servidores havia sido neste sentido. “Quando eu disse que as pessoas, os funcionários deveriam estudar para ter carreira, as minhas palavras foram baseadas nessa crença, porque sou pedagoga, acredito em investir na educação, e assim fiz com minhas



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

filhas”, acrescentou. A Vereadora afirmou que o plano de cargos e carreiras, que seria elaborado pela Prefeitura Municipal, iria beneficiar as pessoas que buscavam a amplitude do conhecimento, que investiam em educação, e citou o Vereador Luiz Roberto Tavares, aluno da Educação de Jovens e Adultos – EJA, como bom exemplo da busca pela educação, como melhoria de vida. “Eu acredito na construção da pessoa e jamais quis ofender os funcionários, como pessoas maldosas estão espalhando, pessoa usando meu nome de forma errônea, ou mesmo se utilizando de meios escusos, tais como o jornal, para ficar me agredindo”, disse a Edil, finalizando o seu discurso. Na sequência, fez uso da palavra a Vereadora Luzia Cristina C. Nogueira, que usou da tribuna para verbalizar seu espanto diante da exoneração do funcionário Alexandre Cintra, que ocupava cargo em comissão, na Gerência de Cultura. Afirmou que a exoneração do funcionário, que ocupara o cargo durante treze anos, havia se dado de forma truculenta, observando ainda, que com seu trabalho, o funcionário havia feito com que a cultura de Mogi Mirim fosse respeitada em todo o Estado de São Paulo. Disse que seu espanto existia em razão de o funcionário nunca ter se aventurado na política, de nunca ter escutado nada contra sua pessoa e de ele ter sido demitido, justamente, após ter realizado dois grandes eventos, que haviam sido muito elogiados na cidade, o Carnaval e a Virada Cultural. “Sabemos que o Prefeito pode tirar a chefia, se não houver comunhão de ideias, disso não sou contra, mas a maneira como foi feito o desligamento, não poderíamos deixar passar, porque nunca se ouviu nada contra ele, e o jornal publicou que a saída foi de ordem administrativa e, mesmo assim, ele se propôs a dar continuidade ao trabalho, até a chegada de outra pessoa, todavia, foi indigno, vergonhoso, porque chamaram até a Guarda Municipal, para que o revistassem, e nenhum funcionário merece isso”, explanou a Vereadora do PSB. A Vereadora registrou o seu repúdio para com a exoneração do funcionário Alexandre Cintra e encerrou seu discurso. Ato contínuo, fez uso da palavra o Vereador Waldemar Marcurio



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

Filho, que aproveitando o ensejo das palavras da Vereadora Márcia Róttoli de Oliveira Masotti, também versou sobre questões do funcionalismo público municipal, dizendo que também ele havia sido muito criticado pelo seu posicionamento, quando da votação do projeto do reajuste do salário dos servidores, recebendo a pecha de ‘traíra’. Relatou que havia votado com o funcionalismo, com os mais de dois mil funcionários da administração, sublinhou que o deixara mais constrangido havia sido a hipocrisia de alguns Vereadores, que haviam aproveitado o momento para ‘posarem de bonzinhos’, fazendo ‘média’ diante da grande massa do funcionalismo. “Independente de eu ser petista, sou oposição construtiva e votaria favoravelmente, quantas vezes fossem necessárias, mesmo porque conversei com Toninho Maciel, Presidente do Sindicato, e ele me colocou que a discussão e a luta pelos direitos prosseguiriam, mesmo depois de aprovado o projeto”, explicou. Colocou que havia votado de consciência limpa e tranquila, que não era e nunca seria hipócrita. O Vereador comentou ainda, nota publicada no jornal A Comarca, no Plantão Eletrônico, assim redigida: “Vergonha na política. Onde já se viu o PT se unindo em reuniões e conchavos com o PSDB, em Mogi Mirim. Todos sabem que o PT e o PSDB não fazem união política, porque o PT é governo federal e o PSDB é o governo estadual. No ano que vem haverá disputa para os governos estadual e federal e nós, petistas municipais, sabemos bem disso. Então, Presidente Municipal, já que o senhor não faz aliança ao governo municipal PDT, que é coligação Estadual e Federal, e, pelo visto, por seus interesses não serem atendidos, não atrapalhe este governo municipal”. Finalizando a sua participação, o Vereador salientou que não comungava na aliança entre o PT e o PSDB; que os conchavos não haviam partido de sua pessoa, que não era e nunca seria hipócrita e que, verbalizava aquilo que achava certo e correto, independentemente da aceitação das pessoas ao redor. A próxima oradora foi a Vereadora Dayane Amaro Costa, que iniciou seu discurso, tecendo elogios ao artista plástico Adão



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

Mestriner, que estava integrando o projeto de ‘Iniciação à Arte’, realizado em parceria com a Secretaria de Educação e a Gerência de Cultura, com a exposição “Traço e Mancha”, no Centro Cultural de Mogi Mirim. A Edil explicou que o objetivo do evento era proporcionar às crianças a iniciação à arte, junto com oficina ministrada pelo artista, algo que ela classificou como ‘muito interessante’, levando-a, inclusive, a sugerir ao Gerente de Cultura, André Mazon, que realizasse outras etapas do projeto em praça pública, “para levar a arte até o público”. A Vereadora versou também sobre as instalações do estádio do Mogi Mirim Esporte Clube, lembrando à Casa que havia encaminhado requerimento ao Vice-presidente do Clube, Wilson Bonetti, solicitando-lhe que implantasse as adequações para acessibilidade no local e que, havia recebido resposta do empresário, na qual ele afirmava o estádio já estava adequado. “Ele me respondeu e disse que o estádio estava adaptado, mas eu acho que não está, porque apesar de rampas e do banheiro, não há espaço para cadeirantes, nem piso tátil”, colocou a Edil, da mesma forma como afirmou que não havia se dado por satisfeita com as colocações e, portanto, que retornaria ao Vice-presidente do MMEC, explicitando todas as adaptações necessárias, esperando ser atendida. Com relação às rampas de acessibilidade construídas pela cidade, a Vereadora relatou que estivera revisando e testando algumas rampas, que eram muitas, que estava dando continuidade ao seu trabalho e que, em razão disso, havia tido um contato mais estreito com o público, quando haviam sido abordados assuntos relativos ao lixo e à sustentabilidade, bandeiras empunhadas pelos Vereadores Leonardo Zaniboni e Cinoê Duzo. “As pessoas estão cobrando políticas de sustentabilidade, portanto, é interessante discutirmos este assunto, para incentivar a prática da reciclagem na população”, frisou. Falou também de duas ruas desativadas e fechadas, uma delas próxima à ETEC Pedro Ferreira Alves, salientando que cobraria providências por parte do Poder Executivo. Por fim, elogiou evento cultural do qual participara, realizado pela Concessionária Renovias, em



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

comemoração aos dois anos do Projeto de Sustentabilidade, desenvolvido pela concessionária, evento ocorrido no dia 9 de junho, no Teatro de Arena. A Vereadora narrou que, durante o evento, havia sido feita a entrega de cadeiras de rodas para entidades assistenciais da região, equipamentos estes adquiridos por meio de campanha de arrecadação de lacres de latas de alumínio, desenvolvida com escolas e com a comunidade. “Foram diversas apresentações, entendo como muito importantes tais parcerias com grandes empresas, porque, muitas vezes, a Prefeitura não tem recursos próprios e o evento teve grande participação da população”, frisou, para encerrar. O próximo orador a discursar foi o Vereador Daniel Gasparini dos Santos. Este parabenizou o Gerente de Esportes, Dirceu Paulino, que, através de conversa com Wilson Bonetti, Vice-Presidente do MMEC, havia estabelecido parceria entre a administração e o clube de futebol da cidade, visando à utilização dos seus recursos, instalações e profissionais, para incentivo da prática do esporte na comunidade mogimiriana. Para finalizar, destacou reunião da qual participara, juntamente com os demais membros e convidados da Comissão Especial de Fiscalização e Acompanhamento do Processo de Regularização de Loteamentos Irregulares e Clandestinos de Mogi Mirim, encontro que contara com a presença do Deputado Rogério Nogueira, PDT, e que tinha por objetivo a busca de auxílio para a regularização dos loteamentos do Município. Na sequência, fez uso da palavra o Vereador Luís Roberto Tavares que, de início, agradeceu a Vereadora Márcia Róttoli Masotti pela menção de seu nome, como exemplo de pessoa que buscava a educação como meta de vida. A seguir, versou sobre o Parque das Laranjeiras, dizendo que os problemas do bairro permaneciam sem solução, que os queria ver resolvidos em definitivo, mas que tinha conhecimento de que este seu desejo somente ocorreria quando o loteamento fosse asfaltado e fossem feitas também as galerias de águas pluviais. Narrou episódio do último final de semana, quando um caminhão havia depositado telas e entulhos, impedindo a passagem dos moradores no bairro.



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

Prosseguindo, agradeceu o Vereador Jorge Setoguchi, signatário da Moção de congratulações e aplausos a ele dirigida, dizendo-se muito honrado, agradecendo também a todos os que a haviam aprovado. Falou de sua indicação para solução dos problemas do Jardim Cintra, que apresentava mato alto em sua praça e muitas calçadas a serem refeitas. O Vereador também se congratulou com a população evangélica e com os representantes das igrejas evangélicas da cidade, pela realização de mais uma Marcha para Jesus, que percorreu ruas centrais e terminou com um show gospel, no Espaço Cidadão. Também elogiou e parabenizou a empresa Renovias, pela realização de evento em comemoração aos dois anos do Projeto de Sustentabilidade, desenvolvido pela concessionária, ocorrido no dia 9 de junho, no Teatro de Arena, bem como pela entrega de cadeiras de rodas e, precisamente, mencionou a participação da Orquestra Sinfônica de São João da Boa Vista, que tinha feito uma bela apresentação no acontecimento. “Perdeu, quem não foi, e o vídeo de todo o evento está à disposição, no meu canal do *Youtube*, para aqueles que desejarem ver”, colocou o Edil, concluindo sua participação. Ato contínuo, fez uso da palavra o Vereador Luís Antônio Guarnieri, que também abordou a questão da Igreja Nossa Senhora do Carmo e Educandário de mesmo nome. O Vereador versou sobre a reunião realizada com Wilson Bonetti, representante do jogador Rivaldo, e outras partes interessadas, colocando que estava tentando ajudar nas negociações, procurando solução do entrave criado em relação ao templo religioso. Afirmou que o intuito era o melhor possível, que a tentativa era por um acordo que resolvesse a questão da Igreja, bem como a questão do Educandário Nossa Senhora do Carmo, entidade que ficara bastante prejudicada, em situação complicada, sem um novo local adequado à sua instalação. “Temos que conversar e dialogar, procurando chegar a um denominador comum”, completou. Completando assunto por ele abordado na última sessão, relatou ter comparecido à Gerência de Promoção Social, acompanhado da Vereadora Daniela Dalben Mota, do



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

Vice-Prefeito Gérson Rossi, presentes Leila Maria Ramos, Gerente da Promoção Social, e Sônia Santos, da Secretaria da Saúde, bem como a futura presidente do Fundo do Idoso, Sra. Letícia, para discussões correlatas aos projetos do Fundo Municipal do Idoso. “O consenso desta reunião foi de que o projeto permanecerá do mesmo modo como nos foi remetido pelo Poder Executivo”, elucidou o Vereador do PT, explicando ainda, que mudanças no projeto só seriam possíveis para o próximo ano, quando verbas poderiam ser destinadas também ao setor da saúde. “O idoso, quando é encaminhado à entidade, vai ciente, caminhando com suas pernas, mas com o passar do tempo, ele vai se debilitando até ficar acamado e se dá, então, a transferência do paciente da Gerência de Promoção para a Secretaria de Saúde, com a devida separação das verbas e a prestação de contas desses custos”, aclarou. Mencionou também, o Projeto de Lei nº 62/2013, que destinava verba de treze mil reais para o CEBE - Centro de Educação e Integração Social ‘Benjamim Quintino da Silva’, em trâmite na Casa, solicitando agilidade nos estudos das comissões permanentes e ao Presidente, que o colocasse na pauta da próxima sessão, porque a entidade aguardava sua apreciação, com ansiedade. Com relação à fala do Vereador Waldemar Marcurio, de sua menção à nota publicada no jornal A Comarca, sobre possíveis negociações do PT com outros partidos, o Vereador declarou que era ‘salutar’ que um novel vereador, como era o caso do orador, mantivesse a mente aberta, conversando com todos os vereadores e partidos, porque o diálogo era bom e a política era a arte da negociação. “Creio que conversar seja algo salutar, apenas observo que não devemos transformar esta arte, a da conversa e a do diálogo, em artimanha para corrupção, o que é coisa completamente diferente”, disse o Vereador. Por fim, frisou que manteria diálogo com todos os partidos, analisando propostas, porque o objetivo era somente um: o bem comum. O próximo orador inscrito foi o Vereador Leonardo Zaniboni, que também relatou o encontro ocorrido com o Deputado Rogério Nogueira, cujo assunto havia sido a



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

regularização dos loteamentos, relatando que o deputado havia se proposto a ajudar no caso do Jardim Europa, loteamento que apresentava complicada questão da extinta TC Construtora, junto ao Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS. Relatou que os advogados do INSS, no passado, haviam penhorado a gleba de terra e que eles, agora, depois de passado o tempo, desconheciam a sua atual situação, ou seja, a de bairro urbanizado, com pessoas nele residentes há trinta anos. Afirmou que a Comissão e ele estavam tentando marcar uma reunião com o Departamento Jurídico do INSS, para exposição do complicado caso do Jardim Europa. “Do jeito como está, com a penhora do INSS sobre o loteamento, é muito difícil alcançar sua regularização, mas com a ação do deputado, talvez consigamos algo, e hoje foi muito boa a conversa que com ele tivemos e percebemos a boa vontade do deputado”, colocou. O Vereador denunciou também a cobrança, por parte da empresa Emprtelotes, de exorbitante taxa, a qual exigia para conceder cópia dos documentos próprios, relativos ao loteamento, afirmando que a comissão de Vereadores oficiaria o Ministério Público sobre o caso. “Vamos ter que pedir ao MP que nos auxilie, para minimizar a situação, a questão do custo, que é correto de ser cobrado, mas não em valores tão altos, quando o empresário já lesou tanto e quer se aproveitar ainda mais, portanto, pediremos ao MP que nos ajude”, destacou o Edil, encerrando seu discurso. Na sequência, usou da palavra o Vereador Jorge Setoguchi, apenas para reforçar as indicações que havia proposto, duas delas, sugerindo a Operação ‘Tapa Buracos’ para as ruas das Chácaras São Marcelo. Encerrando, parabenizou o Vereador Luís Roberto Tavares, pela honraria recebida, o Prêmio ‘Ana Nery’, concedido aos profissionais da enfermagem e aos que auxiliam o setor da enfermagem. A seguir, fez uso da palavra o Vereador Cinoê Duzo que, desde logo, colocou-se ao lado dos vendedores ambulantes do Jardim Velho – Praça Floriano Peixoto, antecipando seu voto contrário ao Projeto de Lei nº 43/2013, e também tecendo críticas ao governo municipal. “Eu pensei que o novo Prefeito prezaria pela competência na



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

direção da sua administração, mas infelizmente, por decisões políticas já tomadas, vemos que isto já não ocorreu, que esta esperança já foi por ‘água abaixo’, diante das exonerações de Alexandre Cintra e Rosandra Bronzatto”, colocou. Relatou que Alexandre Cintra tinha doze anos de serviços prestados ao Município e que Rosandra Bronzatto tinha mais de vinte anos de funcionalismo, que ela tinha passado por quatro administrações, quatro prefeitos, chegando até a ocupar o cargo de Presidente do SAAE, algo, que ao ver do Edil, demonstrava a total competência da funcionária. “O Gustavo Stupp se esqueceu da competência, em virtude dos favores políticos, e a partir daí, começam os ‘tapa buracos’, não nas ruas, mas na administração, pois é público que o Vice-Prefeito Gérson Rossi está ‘tapando o buraco’ deixado na Gerência de Trânsito, ocorrido com a saída do *megastar* secretário Mauro Haddad”, declarou. A seguir, o Vereador Cinoê Duzo alertou para uma movimentação já existente, uma ‘fumaça perigosa’, uma possível tentativa de demissão de todos os aposentados que permaneciam na administração, através da mudança de regime jurídico único. “O que falta nesta administração e isto é notório, é a falta de experiência, porque esta administração age por impulso, e sabemos que o funcionário mais velho tem experiência e pode colaborar, mas este tipo de funcionário, nesta administração, está correndo sério perigo, já que falta ao Poder Executivo aliar a juventude à experiência”, explanou o Edil. Para finalizar, o Vereador afirmou que seria contrário a qualquer projeto que propusesse mudança de regime jurídico, de CLT para estatutário, ou mudança no Estatuto dos Funcionários Públicos de Mogi Mirim. “Pensem com o coração, porque estamos decidindo sobre a vida e o futuro das pessoas, pessoas que esperam decisões de bom senso oriundas desta Casa de Leis”, concluiu. O próximo orador a fazer uso da palavra foi o Vereador Laércio Rocha Pires. Este iniciou, dizendo que Deus concedia inteligência a muitos, mas dava sabedoria a poucos e prosseguiu, falando que os Vereadores que haviam discursado em prol de funcionários, funcionários estes, ligados aos próprios Vereadores, estavam estrebuchando



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

por causa das exonerações. Defendeu que o Prefeito tinha autonomia para fazer a mudança que desejasse fazer; que não adiantava se estrebuchar; que os cargos comissionados eram do Prefeito, de sua confiança; que o Prefeito não queria chupins ao seu redor, ‘mamando’ sem fazer nada; que o Prefeito Gustavo Stupp havia sido eleito para mudar, que os vereadores que defendiam os funcionários demitidos estavam ‘chorando o leite derramado’ e que, o Prefeito não iria mudar de ideia só porque os Vereadores estavam reclamando. Afirmou que o Prefeito não poderia manter na administração pessoas que haviam trabalhado contra ele durante a campanha eleitoral; que os contrários tinham que ‘se mandar’, que ele ‘tirava o chapéu’ para o Prefeito, porque se assim todos os prefeitos procedessem, independentemente de competência, a Prefeitura estaria hoje caminhando, que atitudes de exoneração tinham que ser tomadas e criticou certo Vereador, que não servia nem para ser presidente de comissão temporária, mas sonhavam em ser prefeito da cidade. Com relação à votação do salário do funcionalismo público municipal, o Vereador do MD declarou que havia votado favoravelmente à matéria, ao lado dos funcionários, porque se tivesse votado contra os servidores, estes não teriam obtido aumento algum, porque o Prefeito não tinha como conceder um índice maior de aumento salarial; que uma reunião com o Presidente do Sindicato tinha ocorrido; que a luta futura seria pela melhoria da situação do funcionário público; que este seria seu norte, que o Prefeito, em momento algum, havia usado de má fé para com os servidores e que, cinco meses de governo não eram suficientes para saneamento dos problemas advindos de oito anos de má gestão. Na sequência, fez uso da palavra o Vereador Osvaldo Aparecido Quaglio, que frisou estivera atento aos discursos, concordando com o Vereador Laércio Pires, no tocante à troca de funcionários ocupantes de cargos de confiança, porque isto era, de fato, prerrogativa do Chefe do Poder Executivo, porém discordava de que os competentes fossem exonerados. “Concordo que o Prefeito tem o direito de trocar funcionários, em cargo confiança, a



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

hora que ele bem quiser, porém, quando o Vereador diz ‘independentemente de competência’, nisto tenho que discordar, porque o administrador deve procurar a competência, antes de qualquer outra coisa”, explanou. Dirigindo-se ao Vereador Waldemar Marcurio, o Vereador do PSDB disse que também concordava com as palavras do petista, relativas à que cada Edil votasse segundo sua opinião, mas replicou a pecha de que a oposição votara contra o projeto do aumento salarial do funcionalismo, ‘para fazer média’. “O Legislativo é lugar para discutir, a maioria decidiu, mas não concordo que se diga que votamos para ‘fazer média’, porque foi a opinião de cada um, e o Vereador não deveria dizer assim dos que votaram contra, pois foi processo democrático e deve haver respeito para com o voto favorável e também, para com os votos dos que votaram contrários”, expressou. Falando a respeito da questão partidária, também abordada pelo Edil Waldemar Marcurio Filho, o Vereador Osvaldo Quaglio salientou que não era procedente misturar a política municipal, com a política Estadual, ou Federal. “Aqui, na cidade, estamos sempre juntos, Mogi Mirim precisa da verba Federal e da verba Estadual também, portanto, PT e PSDB, e, no Município, as diferenças só existem no período eleitoral, lembrando sempre que, no Município, precisamos unir forças para obter vitórias”, frisou, em derradeiro, o Vereador do PSDB. A próxima oradora foi a Vereadora Daniela Dalben Mota, que também abordou a questão do funcionalismo público municipal e o transtorno trazido pela grave da categoria, relatando que comparecera à reunião ocorrida no Gabinete do Prefeito, ao lado dos Vereadores Manoel Palomino e Márcia Róttoli Masotti, e com a presença de representantes do sindicato da categoria; que o encontro havia sido produtivo, no sentido da discussão da implantação de um plano de carreiras para os servidores, que isto era o que o funcionário realmente precisava, porque de nada adiantava conceder cinco por cento, ou dez por cento, quando cerca de seiscentos funcionários da Prefeitura recebiam apenas seiscentos e setenta reais/mês e que, comissões de



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

funcionários seriam criadas para exame da proposta de troca de regime jurídico. “Gostaria de pedir aos funcionários uma participação ativa nessas comissões, para discussão do plano carreira, porque temos que brigar por aquilo que os funcionários desejam e para que não seja decidido na última hora, haja vista que já se iniciou a propagação da ideia do regime jurídico, se celetista, ou estatutário”, explicou. Relatou ainda, que durante o encontro ficara estabelecido que, doravante, o Prefeito Gustavo Stupp faria reuniões com representantes dos funcionários todas às segundas-feiras, para discussão dos problemas da Prefeitura. Prosseguiu, parabenizando o Gerente de Cultura, André Mazon, que acatara sua sugestão de um Festival do Polo Gastronômico de Mogi Mirim, cuja realização estava prevista para o mês de setembro de 2013. Falou também sobre o trabalho desenvolvido pela Vereadora Dayane Amaro, de fiscalização das rampas de acessibilidade, incentivando-a e concordando com a fiscalização, apenas questionando a maneira como as rampas haviam sido feitas, explicando que tinha participado das prévias para a formação do Departamento de Acessibilidade na cidade, da formação dos cargos, da intenção de melhoria de vida das pessoas com deficiência e que, a situação estava deixando muito a desejar. “Antes de assumir na Câmara, eu detinha o cargo de Coordenadora de Fisioterapia da Prefeitura de Mogi Mirim e deixei alguns projetos iniciados e pendentes no departamento, um deles, em relação à acessibilidade, que é o direito de ir e vir, sem obstáculos, e não é um direito apenas do cadeirante, mas de todos, e a realidade dos fatos é que o proprietário do estabelecimento comercial rebaixa o calçamento em frente à sua loja, como bem entende; os moradores fazem de forma semelhante, em frente às suas garagens, e, com isso, nossas calçadas são de péssima qualidade, com buracos por todos os lados, inclinação inadequada, razão pela qual endossei que fosse feito um estudo prévio, antes da manufatura das rampas, também objetivando um padrão em calçamento na cidade”, aclarou a Vereadora. Relatou que outro dos seus projetos



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

iniciados no departamento era voltado à Semana Internacional de Prevenção de Quedas, com o subtema ‘Cuidado com os Pés’, o que a levava a sugerir, então, a realização de um fórum, com a participação das classes envolvidas e pertinentes, para discussão de toda a estrutura correlata à questão da acessibilidade, com a proposta de melhoria dessas condições em toda a cidade e que, a ideia fora concretizada e este fórum seria realizado no dia 24 de junho próximo futuro, cujo convite oficial seria por ela entregue, posteriormente. Finalizando, colocou que outro de seus projetos era correlato ao repasse de verbas para entidades assistenciais, verbas dirigidas para a área da saúde, algo voltado principalmente ao idoso, afirmando que este projeto estava em andamento, na tentativa de um repasse, para ser feito ainda no ano em curso. Na sequência, fez uso da palavra, como Líder, o Vereador Waldemar Marcurio Filho, que replicou ao Vereador Osvaldo Quaglio, concordando com ele de que a diversidade de opiniões deveria ser respeitada no Plenário, todavia, frisou que havia se referido a vereadores que haviam se posicionado contrariamente ao aumento do funcionalismo, apenas para se autopromoverem, porque ele próprio, orador, havia testemunhado tal fato. “Não vou citar nomes, seria indelicadeza, mas eu fui muito crucificado por ter votado favorável ao aumento e isso me deixou ‘puto da vida’ sim”, destacou. Com relação a outro comentário do vereador peessedebista, o Edil do PT disse que votava com a situação quando o projeto era, sob sua ótica, benéfico, e que votava contrariamente, quando entendia que o projeto não era bom. “Digo a todos que tenho a minha autonomia, não sou encabrestado nem pelo meu partido, nem pelo Poder Executivo, eu analiso, eu vejo, para depois tomar minha decisão e quando houve uma reunião, na sala do PSDB, com toda a oposição e o Presidente do Sindicato, Antonio Maciel, para conversas em torno dessa situação do aumento do funcionalismo, eu me dirigi ao Toninho e lhe fiz perguntas, conversei também com meu colega de partido, e ficou meio certo de que nós votaríamos juntos, de forma favorável ao



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

projeto, e, por fim, o correligionário acabou votando contrariamente, acompanhando a oposição e divergindo de meu voto”, relatou o Edil do PT. Por fim, frisou que a linha de pensamento de cada par deveria ser respeitada; que ele jamais votaria contra o funcionalismo, que coligações partidárias ocorriam em esfera Federal, frequentemente, mas que isso não queria dizer que ele estava sugerindo uma coligação entre o PT e o PDT no âmbito municipal e que, cada partido coligava com quem bem entendesse, mas como havia sido cobrado pelo Diretório Estadual do PT, afirmava, então, sua não comunhão com o PSDB. Solicitou a palavra, como Líder, o Vereador Manoel Eduardo P. C. Palomino. Concedida a palavra, este a repassou ao liderado, Vereador Laércio Rocha Pires, que iniciou, sugerindo ao Presidente da Câmara que colocasse um pé da planta Arruda, *Ruta graveolens*, no canto do Plenário. O Vereador disse que vinha defendendo os interesses dos ambulantes de Mogi Mirim há vinte anos e que, em consideração aos ambulantes, estava propondo o adiamento do Projeto de Lei nº 43/2013, que alterava o Código Tributário e o zoneamento territorial pertinente à classe. Revelou que estava muito chateado com os barraqueiros, pessoas que vendiam seus produtos em barracas instaladas no Jardim Velho – Praça Floriano Peixoto, porque já havia proposto, no passado, a formação de uma associação da classe, ideia que não vingara, porque haviam feito pouco caso dele e o Vereador havia sido ignorado. Relatou que, na ocasião, tinha feito várias reuniões, inclusive com a presença de membros dos Sindicatos de Vendedores Ambulantes de Campinas e de São Paulo, quando aqueles que mais precisavam, os barraqueiros, não haviam comparecido, ou dado qualquer sinal de vida em nenhum desses encontros. “Hoje, estão aqui, batendo na porta e pedindo ajuda”, completou. O Vereador disse que os ajudaria, propondo uma nova reunião com a categoria para a quarta-feira, dia 12, às 17h30, afirmando, igualmente, que viria a este encontro, nem que fosse sozinho. “Estou pedido adiamento, por mais sete dias, mas isso não quer dizer que eu esteja me acovardando não, porque jogo



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

limpo, voto consciente e não fujo da raia”, arrematou. Para concluir, o Vereador comunicou que a Operação ‘Tapa-Buracos’ havia sido iniciada em toda a cidade. Ato contínuo, fez uso da palavra, como Líder, o Vereador Cinoê Duzo, que justificando requerimento de sua autoria, cuja discussão fora requerida pelo Vereador João Antonio Pires Gonçalves, disse ter conversado com o Secretário de Meio Ambiente, Valdir Biazotto, recebendo dele a assertiva de que compareceria à Câmara, caso fosse convidado, para explanar a respeito dos projetos que tratavam da criação do Banco de Alimentos e sobre a Reutilização de Gêneros Alimentícios e de Excedentes de Alimentos. “A Casa de Leis é feita para o debate, respeito o pedido de discussão do Vereador, mas vamos perder tempo, uma semana, e a chance de suas explicações, quando existem pontos no projeto dos quais tenho dúvida e talvez a minha dúvida possa ser também a de outros, por isso fiz o requerimento, convidando-o, porque seria uma ótima oportunidade”, complementou. Afirmou que em razão desses procedimentos, é que a população os rotulava e detonava a classe política, haja vista que estavam perdendo tempo com coisas banais. “Qual o problema do Secretário vir até aqui?”, perguntou o Vereador, ao mesmo tempo em que iniciou outra abordagem, esta em relação à Igreja Nossa Senhora do Carmo e Educandário de mesmo nome, sugerindo a área desapropriada do antigo casarão dos Tavares Leite, localizada na esquina do Jardim Velho – Praça Floriano Peixoto, para abrigo da sede da entidade que acolhia crianças. “Seria unir o útil ao agradável, acolher as crianças do Educandário, em local apropriado e maravilhoso, ao invés de se instalar ali o miniterminal de ônibus, que ficaria muito melhor localizado no Espaço Cidadão”, ponderou o Edil. O Vereador disse que o termo explicativo das condutas do Prefeito era ‘autoritarismo’ e denunciou que, durante a citada reunião entre a imprensa, os servidores e o Prefeito, os Vereadores Luís Roberto Tavares, Maria Helena Scudeler de Barros e ele, orador, haviam sido proibidos de participar e barrados na entrada do Gabinete do Prefeito, pelo assessor Antonio Carlos Camilotti Júnior.



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

“Fomos proibidos, literalmente, ‘barrados no baile’, mas a Vereadora disse que esteve presente e presente como Vereadora”, frisou. “O atual Prefeito, no passado, disse que ele seria diferente, que teria portas abertas para o diálogo e o debate de decisões importantes, e nós três, Vereadores, representantes do povo, fomos barrados na entrada, enquanto que o contrário é feito com hospitalidade, pois o recebemos sempre com muita educação nesta Casa de Leis”, destacou, finalizando sua participação. Também fez uso da palavra, como Líder, a Vereadora Dayane Amaro Costa. Esta retornou ao assunto da acessibilidade, mencionando a fala da Vereadora Daniela Dalben Mota, classificando como ‘interessante’ a ideia de um fórum para discussão de toda a estrutura correlata à questão da acessibilidade, e também, justificando a ausência do Arquiteto Carlos Alberto Lourenço Júnior, por questões familiares, convidado que fora para na Casa comparecer, a fim de conceder explicações a respeito das obras das rampas de acessibilidade, as quais estavam sendo implantadas por toda a cidade. “Possivelmente, comparecerá na próxima sessão”, completou a Vereadora do PDT. A Vereadora também destacou o projeto de sua iniciativa, denominado ‘Diversidade em Foco – Click Para Incluir’, voltado à fotografia para deficientes visuais, já em fase de premiação, e ratificou o convite feito a todos os Vereadores para a exposição dos resultados, agendada para a semana em curso. Para encerrar, frisou que a questão da acessibilidade ainda tinha muito a progredir, mas havia evoluído bastante, desde a última administração e que isto, era inegável. Não havendo mais oradores inscritos, o Sr. Presidente suspendeu a Sessão às 20h14, conforme o disposto no Artigo 105, da Resolução nº 276/2010 (Regimento Interno vigente). Decorrido o interstício regimental a que se refere o citado dispositivo e depois de nova chamada nominal dos Srs. Vereadores, conforme o disposto no Artigo 112, § 1º, da já citada Resolução, ao fim da qual constatou-se a totalidade dos membros da Casa, o Sr. Presidente deu por iniciados os trabalhos da "**ORDEM DO DIA**", submetendo à apreciação



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

da Casa o que segue: **EM TURNO ÚNICO: “ex-vi” do disposto no § 1º, inciso I, do Artigo 171 do Regimento Interno:** 1. Projeto de Lei nº 42, de 2013, de autoria do Prefeito Municipal, “instituinto o Fundo Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa do Município de Mogi Mirim”. Pareceres das Comissões de Justiça e Redação; Educação, Saúde e Assistência Social e de Finanças e Orçamento; (colocado a votos, sessão de hoje, a Câmara aprovou, por unanimidade, Turno Único, o Projeto de Lei nº 42/2013, do Prefeito Municipal); (à sanção do Senhor Prefeito Municipal); 2. Projeto de Lei nº 43, de 2013, de autoria do Prefeito Municipal, “dispondo sobre a revogação de dispositivos da Lei Municipal nº 3.142, de 1999, que dispõe sobre alterações do Código Tributário Municipal”. Parecer da Comissão de Justiça e Redação. Antes, todavia, de submeter a matéria à apreciação do Plenário, o Senhor Presidente deu ciência à Casa, através de sua leitura, do Requerimento nº 417/2013, de autoria do Vereador Laércio Rocha Pires, solicitando, “conforme o que reza o Artigo 156, VI, combinado com os Artigos 113, § 5º, II e 169 do Regimento Interno, o Adiamento, por sete (07) dias da discussão e votação do Projeto de Lei nº 43/2013, constante da pauta da “Ordem do Dia”; (submetido a votos em Sessão de hoje, a Casa aprovou, sem voto discordante, o Requerimento de Adiamento nº 417/2013); (aguardem-se sete (07) dias e insira-se o Projeto de Lei nº 43/2013 na “Ordem do Dia” da próxima Sessão); 3. Projeto de Lei nº 51, de 2013, de autoria do Prefeito Municipal, “dispondo sobre a alteração de dispositivos da Lei Municipal nº 4.448, de 2007, e da Lei Municipal nº 4.451, de 2007, que tratam sobre a concessão para tratamento de esgoto e criação do Fundo de Concessão de Esgotos – FCE”. Pareceres das Comissões de Justiça e Redação e de Finanças e Orçamento; (posto a votos, sessão de hoje, a Câmara aprovou, por unanimidade, Turno Único, o Projeto de Lei nº 51/2013, do Prefeito Municipal); (à sanção do Senhor Prefeito Municipal); **“ex-vi” do disposto no § 2º, inciso I, do Artigo 171, do Regimento Interno:** 4. Requerimento nº 402, de



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

2013, de iniciativa da Vereadora Márcia Róttoli de Oliveira Masotti, “solicitando ao Prefeito Municipal a realização de estudos, para que seja construída uma nova escola de educação básica no Distrito de Martim Francisco, na área institucional de 653m², localizada na Avenida Luiz Pilla”. Para discussão a pedido do Vereador Waldemar Marcurio Filho, fez este o uso da palavra, explicando que havia solicitado a discussão, primeiramente, porque o endereço da área estava errado. O segundo motivo, fora porque divergia da sugestão, propondo reparos na escola já existente, ao invés da construção de um prédio novo. “Ao invés de fazermos nova construção, sugiro que sejam feitos reparos na escola existente, bem como a contratação de novos funcionários professores, para que seja dado amparo à entidade; o investimento deveria ser feito na estrutura física também, pois existem trincas e porque, nos fundos do terreno da escola, temos uma APP – Área de Preservação Permanente, e ao lado desta escola, a administração anterior comprou um terreno, quem sabe para lá edificar um playground, mas notaram a APP e um veio d’água no meio do terreno, então, eu também pedi análise dessa água e estamos ainda, tentando viabilizar, junto à Secretaria Municipal de Meio Ambiente, um modo de fazermos alguma estrutura ali, com o intuito de beneficiar a escola”, explanou, concluindo sua participação. Para responder, fez uso da palavra a Vereadora Márcia Róttoli de Oliveira Masotti, que reconheceu o erro de endereços da área citada, mas rebateu a sugestão de reforma da escola municipal do Distrito de Martim Francisco. “Pelo que vi durante os trabalhos da Comissão de Educação, no ano passado, é fato que a escola foi construída em local totalmente inadequado, sem condições de se expandir e, inclusive, desejo saber por que motivo foi desapropriado e comprado o terreno ao lado, sendo ele APP e contendo uma mina d’água”, explicou. Aclarou que a escola não podia se expandir aos fundos, em virtude de um córrego, e nem para os lados, em virtude da inadequação do terreno adquirido pela antiga administração, e que o prédio, a estrutura física da escola, exigia atenção mais



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

que urgente, pois continha rachaduras nas paredes, do teto desprendiam pedaços de laje, cantoneiras estavam amarradas com ferro para sustentar as paredes, dentre outros problemas graves, motivo pelo qual a Vereadora acreditava fosse menos oneroso construir uma nova unidade escolar, do que recuperar a antiga. “Para recuperar a escola antiga, creio seriam gastos mais de um milhão de reais e se tivermos uma área boa, um terreno adequado, poderemos, com esses um milhão de reais, construir algo excelente, uma escola digna, em nova área, e este foi o motivo de meu requerimento”, frisou, finalizando sua fala; (posto a votos, sessão de hoje, a Câmara aprovou, por unanimidade, Turno Único, o Requerimento nº 402/2013, de iniciativa da Vereadora Márcia Róttoli de Oliveira Masotti); (oficie-se como requer); **EM SEGUNDO TURNO: “ex-vi” do disposto no inciso I, do Artigo 172 do Regimento Interno:** 5. Projeto de Lei nº 33, de 2013, de autoria do Vereador Laércio Rocha Pires, “instituído no Calendário Oficial do Município de Mogi Mirim, o Dia Municipal do Espiritismo, a ser comemorado, anualmente, no dia 03 de outubro”; (submetido a votos, sessão de hoje, a Câmara aprovou, por unanimidade, Segundo (2º) Turno, o Projeto de Lei nº 33/2013, do Vereador Laércio Rocha Pires); (à sanção do Senhor Prefeito Municipal). Finda a pauta constante da "Ordem do Dia", o Sr. Presidente passou, desde logo, à parte dos trabalhos reservada à "**EXPLICAÇÃO PESSOAL**", conforme determinam os Artigos 114 e 115 da Resolução nº 276/2010 (Regimento Interno vigente). Inicialmente, fez uso da palavra a Vereadora Márcia Róttoli de Oliveira Masotti, que iniciou, retornando à questão dos ambulantes do Jardim Velho – Praça Floriano Peixoto, declarando que não atentara para o fato de o projeto estar na pauta da presente sessão, para votação; que ela iria participar da reunião agendada pelo Vereador Laércio Pires, que não se podia permitir que uma praça pública ficasse abarrotada de barracas, porque era necessário atentar para a questão visual e também, era necessário encontrar uma forma organizada para este tipo de comércio, pedindo, enfim, que os ambulantes também



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

trouxessem soluções e sugestões, adiantando a pauta da reunião prevista para a quarta-feira. Com relação à sugestão do Vereador Cinoê Duzo de se estabelecer a sede do Educandário Nossa Senhora do Carmo em terreno do antigo casarão dos Tavares Leite, localizado na esquina da Praça Floriano Peixoto, a Vereadora declarou que era contra a ideia, porque aquele era lugar de muito movimento e trânsito, inadequado para abrigo de crianças. “Estou pesquisando no setor de Planejamento, desde fevereiro, procurando um terreno para ser doado à entidade, em definitivo, não em concessão, para que a entidade possa investir no prédio, numa sede própria”, aclarou. “Esta semana o Vereador Luís Guarnieri e eu vamos conversar com o pessoal do Educandário e eu vou sugerir o prédio do antigo Posto de Saúde, localizado na Avenida Santo Antonio, cedido pelo Governo do Estado, mas também já fui informada que somente seria doado nos moldes de concessão e, como foi dito, o Educandário quer um terreno, em definitivo”, relatou. “Estamos conversando e tentando um acordo, para definir qual o melhor local para colocar as crianças, e tenho certeza de que nenhum vereador irá votar contra a doação de um terreno, em definitivo, à entidade”, disse. Com relação aos funcionários públicos e o regime previdenciário, a Vereadora afirmou que existia muito ‘buchiço’ entre funcionários, os quais diziam que o Prefeito iria transformar todos em estatutários. “O que o Prefeito nos disse e ficou claro, é que cada funcionário vai escolher o que melhor lhe servir e eu adianto que, como Vereadora, votarei pela maioria, aquilo que a maioria quiser, independentemente de outra possível posição e, enquanto funcionária, digo que estudarei as propostas e farei campanha do que for melhor para mim”, declarou a Vereadora do PR. Dirigindo-se ao Vereador Cinoê Duzo, rebateu a acusação de que ele fora discriminado e barrado à porta do Gabinete do Prefeito. “Sou funcionária pública, nós todos somos vereadores vinte e quatro horas/dia, e não acho que o senhor foi discriminado, porque foi um pedido do próprio Toninho do Sindicato, que falou que somente poderiam permanecer na reunião os



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

vereadores que fossem funcionários públicos, porque não queria politicagem, portanto nós, os três Vereadores, permanecemos na reunião, como funcionários, e não houve politicagem, ao passo que não sei se assim ocorreria, com a presença de Vossa Excelência lá”, aclarou, encerrando o discurso. Como os próximos inscritos, Vereadores Waldemar Marcurio Filho e Dayane Amaro Costa, desistissem da palavra, fez uso da mesma, ato contínuo, a Vereadora Luzia Cristina C. Nogueira, assegurando que não iria tecer comentários sobre possíveis mudanças no regime previdenciário do funcionalismo, sem antes ter embasamento. A oradora frisou que era Vereadora do Município, mas que, mesmo assim, não tinha sido convidada à reunião do funcionalismo no Gabinete do Prefeito. “Também sou funcionária pública e vereadora, não fui convidada, fui impedida de participar pelo assessor Antonio Carlos Camilotti, que deixou bem claro, que eu somente entraria, como representante da comissão de funcionários e não como vereadora, portanto, como vereadora eu fui barrada”, declarou. Abordando a situação dos ambulantes e versando sobre o projeto que pretendia retirá-los do Jardim Velho – Praça Floriano Peixoto, a Vereadora solicitou a todos que estudassem a propositura e atentassem, minuciosamente, para o fato de que a lei rezava sobre o respeito que era devido ao comércio ambulante local e aos consumidores. A Vereadora ponderou que o comércio ambulante não influenciava no comércio tradicional da cidade, porque os tipos de consumidores eram distintos entre si. Citou que o investimento para a vinda de novas empresas e indústrias grandes era o que, de fato, poderia interferir de forma positiva para o comércio. Disse que os incentivos à vinda de grandes indústrias há muito não aconteciam no Município, levando assim, a uma estagnação do comércio e ao fechamento de vários estabelecimentos comerciais, logo, a administração deveria pensar e muito sobre a expansão do polo industrial. A Vereadora afirmou que os vendedores ambulantes existiam em todos os lugares, sendo possível a convivência harmoniosa



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

entre os vários tipos de comércio, e declarou que a administração deveria ter muito cuidado ao citar o que pretendia com a retirada dos vendedores do velho jardim, ou seja, inibir o comércio de artigos falsificados, ditos ‘piratas’, porque poderia, sem querer, declarar a incompetência de seu setor de fiscalização. “E os produtos piratas também são encontrados em várias lojas de Mogi Mirim”, frisou, finalizando. Como os próximos inscritos, Vereadores Daniel Gasparini dos Santos e Luís Roberto Tavares, desistissem da palavra, fez uso da mesma o Vereador Luís Antonio Guarnieri, que falando também sobre a revitalização do Jardim Velho – Praça Floriano Peixoto e da retirada dos vendedores ambulantes, que lá se estabeleceram, destacou que a situação era muito delicada, porque envolvia questões do comércio; que este era um problema antigo, que perdurava; que nunca fora feita uma ampla discussão sobre o assunto com a presença de todos os interessados, tais como, a Associação Comercial – ACIMM e o Sindicato do Comércio – SICOVAMM e também, ambulantes e representantes da administração municipal, porque era justamente isso o que deveria ocorrer; que a posição dos comerciantes deveria ser levada em conta, pois viviam situação difícil diante da superior carga tributária, que os Vereadores deveriam analisar ambos os lados, o do comércio formal e o do informal, e que, o debate deveria ser ampliado. “Da forma como o projeto nos foi enviado, voto contra, pois só seria resolvida uma parte do problema e nós temos que analisar os dois lados, devemos chamar os interessados, ampliar a discussão, no objetivo de um denominador comum que satisfaça todos, porque a revitalização do Jardim Velho é importante sim, o local precisa ser preservado e não podemos nos esquecer, igualmente, dos ambulantes”, expôs o Vereador, concluindo sua fala. Como os próximos inscritos, Vereadores Leonardo David Zaniboni, Jorge Setoguchi e Cinoê Duzo, desistissem da palavra, fez uso da mesma o Vereador Laércio Pires. Este prosseguiu com o assunto dos ambulantes, afirmando que os Vereadores que haviam discursado eram justamente aqueles



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

que haviam se posicionado contra os ambulantes no passado; que estes queriam fazer média com o chapéu dos outros; que há dezesseis anos ele defendia a categoria, ‘abraçara a causa’; que se sentia na obrigação de defender os trabalhadores, concordando com o Vereador Luís Guarnieri, de que ambos os lados deveriam ser escutados, sendo esta a razão da reunião agendada, que a praça deveria ser revitalizada, mas os trabalhadores não poderiam ser ‘chutados dali’, sumariamente, e repetiu que havia trazido o Presidente dos Sindicatos de Campinas e São Paulo e que, ficara ‘falando sozinho’. Reclamou ainda, que muitos dos trabalhadores do Jardim Velho nunca participavam das reuniões, ou audiências públicas. “Vamos à reunião, vamos conversar, não vamos votar de qualquer jeito, algo concreto e bom resultará, não podemos virar as costas para o trabalhador, ou usar da tribuna para fazer média”, colocou, finalizando o Vereador Laércio Pires. Como os próximos oradores, Vereadores Osvaldo Aparecido Quaglio e Daniela Dalben Mota, desistissem da palavra, fez uso da mesma a Vereadora Maria Helena Scudeler de Barros. Esta lembrou a todos, que o projeto estava passando despercebido na pauta de votações e que fora ela, oradora, que havia advertido e solicitado adiamento da matéria há duas sessões. Dirigindo-se ao Vereador Laércio Pires, solicitou-lhe que trouxesse à Câmara informações pertinentes sobre o que o Prefeito pretendia, de fato, fazer no Jardim Velho – Praça Floriano Peixoto, ou seja, qual era o teor do projeto de revitalização, proposto para aquele logradouro. “Estive com Paulo Menna Barreto e ele me disse da disposição da administração de iniciar obras no Jardim Velho, ampliar o calçamento em frente à Igreja; o Secretário de Meio Ambiente nos falou das árvores e dos canteiros, que serão retirados, e eu entendo, então, que o Planejamento deve nos dizer exatamente o que pretende fazer lá, por isso eu lhe peço que fale com o Prefeito e nos traga a informação, porque será, inclusive, um subsídio para a reunião”, focou a Vereadora do PSDB. “Este projeto quase passou de raspão por aqui, meu pedido de adiamento quase não foi aprovado, e eu quero que



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

os ambulantes todos saibam que nossa preocupação é muito grande”, acentuou, em derradeiro, a Vereadora Maria Helena Scudeler de Barros. Para rebater a fala da Vereadora Maria Helena Scudeler de Barros, fez uso da palavra a Vereadora Márcia Róttoli de Oliveira Masotti, que disse não perceber o drama tão grande em relação ao projeto e seu adiamento, afirmando que, por ela, já teria aprovado a matéria, porque entendia que o comércio estabelecido no Jardim Velho não poderia ser classificado como ambulante, pois era fixo e não se locomovia, portanto, permanente. Salientou que o Prefeito Gustavo Stupp jamais faria qualquer lei que pudesse prejudicar os ditos ambulantes, portanto, não via razão no medo que se pretendia estabelecer. “Este é o governo mais democrático que vi na minha vida pública, o Prefeito não vai deixar os trabalhadores ao ‘Deus dará’, aos poucos vai implantar suas ideias, porque não é inconsequente e não tomará uma decisão radical”, frisou, concluindo, a Vereadora do PR. Como não houvesse mais oradores inscritos para falar em “Explicação Pessoal”, o Sr. Presidente determinou fosse guardado um respeitoso MINUTO DE SILÊNCIO pelo passamento dos falecidos *Sra. Maria Isabel Boveloni Setin, Sr. Armando José Coelho e Dr. Euzébio José Felix Silva – Felinho*. Cumprida dita providência e nada mais a tratar, o Sr. Presidente, Vereador Benedito José do Couto, agradeceu a presença de todos e, sob a proteção de Deus, encerrou os trabalhos da presente Sessão às 21h13, do que, para constar, determinou a lavratura da presente Ata, a qual, após achada conforme, discutida e aprovada vai, a seguir, devidamente assinada.

CMM